

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 25
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2023.02.01
2022/2023	Hora: 10:30 — 12:00
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidente	Edite Estrela
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Palmira Maciel
	Lina Lopes
Vice-Secretários	—

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Catarina Rocha Ferreira
CH	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
PCP	Paula Santos
BE	Pedro Filipe Soares

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
L	Rui Tavares

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) começou por referir que, estando fixados agendamentos até 10 de fevereiro, na presente reunião da Conferência de Líderes (CL) se agendaria a próxima quinzena, até ao final de fevereiro.

A sessão plenária do dia 15 de fevereiro foi agendada com a ordem do dia fixada a requerimento potestativo do Grupo Parlamentar (GP) do PCP que incidirá sobre o seu Projeto de Lei n.º 452/XV/1.^a — *Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação*, não admitindo arrastamentos, e a sessão plenária do dia 22 de fevereiro será dedicada a agendamento potestativo do GP do PSD, sobre tema a indicar.

Para o dia 16 de fevereiro foram agendadas declarações políticas e a Petição n.º 27/XV/1.^a, pela ordem constante da lista de petições a aguardar agendamento para Plenário.

O PAR propôs a realização de um debate temático sobre a situação na Ucrânia, para o dia 24 de fevereiro, para assinalar a passagem de um ano sobre o início da guerra, abrindo o debate como proponente, o que reuniu consenso.

Foi deliberado agendar para a sessão plenária do dia 24 de fevereiro a Proposta de Lei n.º 108/XIV/2.^a da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares solicitou o agendamento das Propostas de Lei n.ºs 35/XV/1.^a (GOV): — *Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais*, e 44/XV/1.^a (GOV): — *Reforça os mecanismos de combate à violência no desporto*, que ficaram agendadas para as sessões plenárias de 17 e 24 de fevereiro, respetivamente.

Iniciando a ronda de agendamentos pelo GP do PS, todos os GP agendaram uma iniciativa ou, no caso do GP da IL, um conjunto de iniciativas, com a mesma grelha.

Fixou-se que o exercício do direito à fixação da ordem do dia por um GP, não obsta ao agendamento de outras iniciativas suas na mesma quinzena, mas a prioridade de agendamento deve ser dada aos restantes GP.

Finalmente, foram agendados sem tempos, para a sessão plenária de 17 de fevereiro, o Projeto de Lei n.º 413/XV/1.^a do GP do PSD e o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2023.

Outros assuntos:

Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e da Constituição

De seguida, o PAR informou a CL da aprovação do programa nacional de comemorações do cinquentenário do 25 de Abril – o qual foi distribuído a todos os GP e DURP – e do andamento dos trabalhos da Comissão Organizadora das Comemorações na Assembleia da República. Aproximando-se a fase de aprovação e preparação das iniciativas constantes destas comemorações, havia necessidade de fixar um valor de referência para os respetivos custos, o qual deveria ser depois considerado na elaboração de cada Orçamento da AR para 2024, 2025 e 2026. O PAR propôs que o valor não excedesse em cada um destes anos, o total de gastos incorridos pela AR nas comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, atualizado de acordo com a taxa de inflação verificada. Este critério colheu o consenso da CL.

Cedência de espaços nas instalações da Assembleia da República para eventos promovidos por entidades externas

O PAR prosseguiu referindo que a cedência de espaços nas instalações da AR está prevista em Regulamento aprovado pela Conferência de Líderes, em 20 de janeiro de 2016, e publicado em Diário da Assembleia da República.

Salientou que o Regulamento adota um critério generoso quer quanto à disponibilidade para o acolhimento de eventos quer quanto às entidades promotoras dos mesmos. Mais adiantou que a competência para autorizar a cedência de espaços nas instalações da AR é do PAR que deve atender «ao interesse, oportunidade e adequação de realização da iniciativa» na AR e para sustentar a sua decisão, pode solicitar parecer às comissões parlamentares competentes em razão da matéria, mas, salvo raras exceções, as recusas têm sido sustentadas apenas em indisponibilidade de espaços ou impossibilidade de calendário.

Assumindo-se que o Regulamento poderá necessitar de alguns ajustamentos, para evitar eventuais riscos de instrumentalização, o PAR propôs que depois

de concluída a revisão do Regimento, o mesmo Grupo de Trabalho, ou a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, poderia visitar este Regulamento para ponderar a sua alteração. A proposta não teve objeções.

Presidência da próxima Comissão Parlamentar de Inquérito

Foi salientado pelo PAR que a distribuição proporcional das Presidências e Vice-Presidências de Comissões é efetuada, habitualmente, com base no método de *Hondt*. E que, não estando expressa no Regimento qualquer regra de desempate, em caso de igualdade de quocientes, se confirmou que a prática seguida na distribuição de Presidências e Vice-Presidências das Comissões Parlamentares – desde o início da presente legislatura, mas também na legislatura anterior – tem sido ordenar a sequência pelo grupo parlamentar com maior representatividade. Assim, concluiu que deve ser mantida a regra que tem sido aplicada, atribuindo-se a presidência da 16.^a Comissão Parlamentar ao GP do PS e, caso se entenda que a regra deve ser revista para o futuro, tal poderá fazer-se em sede de revisão do Regimento.

Regras de composição das comissões parlamentares

O PAR deu nota de que o GP do PSD tinha solicitado uma troca, na 14.^a Comissão, entre os Deputados efetivo e suplente. No entanto, esta troca – a acontecer – implicaria que um dos Deputados ficasse efetivo em três comissões, contrariando-se o disposto na alínea *b*) do n.º 4, do artigo 30.º do Regimento, que prevê, para um GP de maior dimensão que, um Deputado pode ser indicado como membro efetivo ou membro suplente até duas comissões.

Referiu ainda que foram identificadas outras situações de Deputados efetivos ou suplentes em mais comissões do que o determinado pelo artigo 30.º do Regimento, mas que foram, entretanto, resolvidas.

Estando em curso a revisão do Regimento, o Líder Parlamentar do GP do BE esclareceu que parece haver consenso para a norma regimental em causa vir a ser alterada, no sentido de um Deputado poder ser efetivo ou suplente até três comissões.

O PAR referiu que ponderará o pedido do GP do PSD em função desta informação.

Cumprimento dos prazos regimentais dos arrastamentos e conexão material

A Primeira Secretária da Mesa chamou a atenção para a necessidade de cumprimento dos prazos regimentais nos agendamentos por arrastamento e o PAR salientou que o excesso de arrastamentos dificulta a análise e verificação da conexão entre todas as iniciativas arrastadas e as agendadas, pelo que exortou os GP a terem maior atenção à falta de conexão material para suscitarem a questão que terá a sua concordância.

Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Revisão Constitucional

O PAR informou que a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional solicitou a prorrogação do seu prazo de funcionamento, por um período de 90 dias, pelo que será apresentado projeto de deliberação nesse sentido para votação em sessão plenária.

Próxima Conferência de Líderes

A próxima CL foi agendada para o dia 15 de fevereiro, às 10h30.

Agendamentos:

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.01 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Inquérito Parlamentar n.º 6/XV/1.ª (CH): — Comissão parlamentar de inquérito à gestão da TAP e à utilização dos fundos públicos que lhe foram atribuídos, nomeadamente o pagamento de bónus e indemnizações aos titulares de cargos de gestão e administração da empresa.

Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE): — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tutela Política da Gestão da TAP.

Tempos: Grelha C.

Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª (GOV): — Estabelece o regime aplicável às *startups* e *scaleups*, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de *start-ups* e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial.

Projeto de Lei n.º 503/XV/1.ª (PAN): — Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, com vista ao aprofundamento dos mecanismos de transparência.

Projeto de Lei n.º 506/XV/1.ª (CH): — Fomenta o regresso de portugueses emigrados que representem mão de obra qualificada e a contratação de jovens qualificados.

Tempos: Grelha C.

Apreciação Parlamentar n.º 6/XV/1.ª (PSD): — Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto “Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde”.

Apreciação Parlamentar n.º 3/XV/1.ª (CH): — Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, que “Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde”.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.02 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.03 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 48/XV/1.ª (ALRAM): — Repõe a Eletricidade, o Gás Natural, Butano e Propano assim como introduz a prestação de serviços de

acesso à internet na Lista 1 – Bens e Serviços sujeitos à taxa reduzida do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 251/XIV/2ª (Fernando Miguel Silva Gonçalves e outros): — Pela revisão das carreiras técnicas da DGRSP e criação da carreira única de técnico/a de reinserção.

Projeto de Resolução n.º 67/XV/1.ª (PCP): — Pela criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Projeto de Resolução n.º 305/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo que reveja as carreiras de técnico profissional de reinserção social, de técnico superior de reinserção social e de técnico superior de reeducação, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e que regularize as progressões e as remunerações respetivas.

Projeto de Resolução n.º 352/XV/1.ª (BE): — Revisão das carreiras técnicas e criação da carreira única de técnica/o de reinserção, no âmbito da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

Projeto de Resolução n.º 390/XV/1.ª (CH): — Pela revisão das carreiras técnicas da DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - e criação da carreira única de técnico de reinserção.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 310/XIV/3ª (Eduardo Bernardino e outros): — Enfermeiros - Pelo direito do acesso à reforma com pelo menos 55 anos de idade.

Projeto de Lei n.º 496/XV/1.ª (BE): — Criação de um estatuto de risco e penosidade para os profissionais de saúde.

Projeto de Lei n.º 501/XV/1.ª (CH): — Reconhece a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e antecipa a idade de reforma.

Projeto de Resolução n.º 323/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Grupo de Trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões.

Projeto de Resolução n.º 396/XV/1.ª (PCP): — Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 280/XIV/2ª (Sónia Patrícia Barros de Sousa e outros): — COVID-19 - Contra a vacinação em massa de crianças e jovens.

Projeto de Resolução n.º 392/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo a avaliação do impacto psicológico da pandemia a crianças e jovens em idade escolar.

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 50/XV/1.ª (GOV): — Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga.

Sem tempos.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.08 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate preparatório do Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro, [ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 4.º da Lei de

Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia].

Tempos: Grelha própria.

Projeto de Resolução n.º 395/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo que crie condições para o desenvolvimento do mercado voluntário de carbono em Portugal.

Projeto de Resolução n.º 212/XV/1.ª (PAN): — Define as regras relativas à composição, organização, funcionamento e estatuto do Conselho para a Ação Climática, em cumprimento do disposto no número 4, do artigo 12.º da Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro.

Projeto de Resolução n.º 378/XV/1.ª (BE): — Recomenda ao Governo o fim dos apoios e lucros perversos no âmbito do comércio de carbono.

Projeto de Resolução n.º 405/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência.

Projeto de Resolução n.º 406/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que implemente um mercado de carbono voluntário e fomente a utilização de *greenbonds*, em Portugal.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 367/XV/1.ª (IL): — Altera o Código de Processo Civil, clarificando a revisão de decisões administrativas estrangeiras.

Projeto de Lei n.º 499/XV/1.ª (L): — Admite o divórcio e separação de bens a cidadãos estrangeiros não residentes, casados ao abrigo da lei portuguesa e cuja legislação nacional não reconheça esse casamento.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 464/XV/1.ª (PCP): — Revogação do aumento decretado das taxas de portagem e limitação da sua atualização ao valor correspondente ao de 2022.

Projeto de Resolução n.º 355/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo a revisão dos termos da PPP da Lusoponte, com vista à redução dos valores de taxas de portagem.

Projeto de Resolução n.º 356/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo que proceda ao congelamento das tarifas de portagens.

Projeto de Lei n.º 502/XV/1.ª (PAN): — Pela renegociação dos contratos de parcerias público-privadas do sector rodoviário.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.09 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre política setorial, com o Ministro da Economia e do Mar.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.10 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 53/XV/1.ª (GOV): — Procede à concretização dos elementos essenciais da taxa associada à prestação de serviços postais.

Projeto de Lei n.º 498/XV/1.ª (L): — Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nas estações e postos de correio.

Projeto de Lei n.º 504/XV/1.ª (PAN): — Clarifica aplicação de isenção de IVA, na importação, às pequenas remessas sem carácter comercial, alterando o Decreto-Lei n.º 31/89, de 25 de Janeiro.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 483/XV/1.ª (BE): — Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial.

Projeto de Lei n.º 375/XV/1.ª (PAN): — Prevê um regime de incentivos para a representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração, fiscalização ou gerência das sociedades comerciais.

Projeto de Lei n.º 500/XV/1.ª (L): — Estabelece a criação de um valor convencional de referência para os rácios salariais nas empresas.

Projeto de Lei n.º 505/XV/1.ª (CH): — Aumenta a transparência nos anúncios de emprego e nas remunerações.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 414/XV/1.ª (CH): — Determina a avaliação do custo/benefício e viabilidade financeira de todos os Observatórios, com vista a decidir sobre a sua manutenção ou extinção.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 8/XV/1ª (FENPROF–Federação Nacional dos Professores): — Os docentes reclamam justiça, efetivação de nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho.

Projeto de Lei n.º 497/XV/1.ª (BE): — Décima sexta alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, Decreto-Lei n.º 139-a/90, de 28 de abril.

Projeto de Resolução n.º 172/XV/1.ª (PCP): — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública.

Projeto de Resolução n.º 379/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo que proceda à atualização salarial dos professores e correspondência com os elevados níveis de exigência que a profissão docente implica.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.15 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP do PCP, incidindo sobre a seguinte iniciativa legislativa:

Projeto de Lei n.º 452/XV/1.ª (PCP): — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação.

Tempos: Grelha A.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.16 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

Petição n.º 27/XV/1.ª (MulherEndo-Associação Portuguesa de Apoio a Mulheres com Endometriose): — Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.17 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª (GOV): — Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 414/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo que assegure as condições necessárias para a captação pelos Municípios de receitas no quadro da exploração económica dos aproveitamentos hidroelétricos neles situados.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 366/XV/1.ª (CH): — Pela dignificação do Ministério da Agricultura e da atividade agrícola.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 354/XV/1.ª (IL): — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando expressamente o controlo da proporcionalidade no escrutínio das iniciativas legislativas da União Europeia.

Projeto de Lei n.º 225/XV/1.ª (IL): — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, estabelecendo a participação dos responsáveis ministeriais nos debates europeus em sessão plenária.

Projeto de Lei n.º 453/XV/1.ª (IL): — Envio pelo Governo das tabelas de transposição de diretivas europeias à Assembleia da República.

Projeto de Lei n.º 519/XV/1.ª (IL): — Envio pelo Governo à Assembleia da República da posição a adotar por Portugal no Conselho Europeu.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 413/XV/1.ª (PSD): — Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de São Miguel do Mato e as Freguesias de Fermedo, Tropeço e Escariz do concelho de Arouca.

Sem tempos.

1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2023.

Sem tempos.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.22 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP do PSD, cujo tema será indicado oportunamente.

Tempos: Grelha A.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.23 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 44/XV/1.ª (GOV): — Reforça os mecanismos de combate à violência no desporto.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 484/XV/1.ª (BE): — Altera a idade máxima do adotando (alteração à Lei n.º 143/2015, de 08 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro).

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 403/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo que cumpra o aprovado em sede de Orçamento de Estado e aplique um desconto efetivo de 50% nas taxas de portagem dos territórios do interior.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 65/XV/1.ª (PCP): — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.02.24 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate sobre a situação na Ucrânia, proposto pelo PAR e que abrirá o debate.

Tempos: Grelha dos debates temáticos.

Proposta de Lei n.º 108/XIV/2.ª (ALRAM): — Alargamento da carreira especial de enfermagem às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas - alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais.

A próxima Conferência de Líderes realizar-se-á no dia 15 de fevereiro, pelas 10 horas e 30 minutos.

A Deputada Secretária da Mesa,

(Maria da Luz Rosinha)

CALENDARIZAÇÃO

FEVEREIRO 2023			
DIA 01	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LIDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 02	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 03	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 06	SEGUNDA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO BE	
DIA 07	TERÇA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO BE	
DIA 08	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 09	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 10	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 13	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 14	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 15	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LIDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 16	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 17	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 20	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 21	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 22	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 23	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 24	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS